Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

Cotidiano e resistência socioterritorial: práticas e lutas no Assentamento Índio Galdino (SC)

Everyday Life and Socio-Territorial Resistance: Practices and Struggles in the Índio Galdino Settlement (SC)

Vitor Carvalho Gomes **Rocío del Pilar López Cabana** **Josiane Barbosa Gouvêa**

Resumo
Este artigo tem como objetivo investigar as histórias e o cotidiano de lutas e sobrevivência dos membros do Assentamento Índio Galdino, na região de Curitibanos/SC, tomando o cotidiano como dimensão analítica central. O estudo busca compreender como essas práticas se articulam a processos mais amplos de disputa territorial, resistência e organização coletiva no campo. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas e análise narrativa. Dialogando com as contribuições de Agnes Heller e Michel de Certeau, o estudo compreende o cotidiano como espaço privilegiado de produção de sentidos, estratégias e táticas de resistência. Os resultados evidenciam que as práticas dos assentados se articulam a condições estruturais marcadas por desigualdade no acesso à terra, disputas territoriais e formas coletivas de organização e adaptação, que permitem a permanência e a reprodução da vida no campo. Conclui-se que o cotidiano constitui uma dimensão central para compreender a dinâmica dos movimentos sociais agrários, evidenciando tanto seus limites quanto suas potências na reconfiguração das relações sociais e territoriais.

Palavras-chave: Cotidiano; Movimentos sociais agrários; Reforma agrária; Conflitos socioterritoriais.

Abstract
This article aims to investigate the histories and everyday experiences of struggle and survival of members of the Índio Galdino Settlement, in the region of Curitibanos, Santa Catarina, taking everyday life as the central analytical dimension. The study seeks to understand how these practices are connected to broader processes of territorial dispute, resistance, and collective organization in rural areas. The research adopts a qualitative approach, based on semi-structured interviews and narrative analysis. Drawing on the contributions of Agnes Heller and Michel de Certeau, the study understands everyday life as a privileged space for the production of meanings, strategies, and tactics of resistance. The results show that the settlers' practices are shaped by structural conditions marked by unequal access to land, territorial disputes, and collective forms of organization and adaptation that enable the continuity and reproduction of life in rural areas. It is concluded that everyday life constitutes a central dimension for understanding the dynamics of agrarian social movements, highlighting both their limitations and their potential in the reconfiguration of social and territorial relations.
Keywords: Everyday life; Agrarian social movements; Agrarian reform; Public policies; Socio-territorial conflicts.

Citação sugerida
GOMES, Vitor Carvalho; CABANA, Rocío del Pilar López; GOUVÊA, Josiane Barbosa. Cotidiano e resistência socioterritorial: práticas e lutas no Assentamento Índio Galdino (SC). Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-27, e026002, jan./dez. 2026.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

DOI: https://doi.org/10.36920/nz4dd311

Submissão: 26 mar. 2026

Aceite: 27 mar. 2026

Publicação: 02 jul. 2026

Introdução

O acesso à terra constitui um tema central nas questões sociais, econômicas e políticas. A luta pelo direito à terra não se limita à busca por um recurso essencial, mas inscreve-se em um campo de disputas estruturais que articulam projetos de desenvolvimento, formas de regulação estatal e diferentes regimes de acesso ao território.

Para Germani (2006), o processo histórico de ocupação do território brasileiro resultou na consolidação de uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, coexistindo com extensas áreas improdutivas. Tal configuração não apenas evidencia desigualdades persistentes, mas também explicita limites históricos na atuação do Estado como mediador dos conflitos fundiários e garantidor de direitos no meio rural.

A luta do campesinato exemplifica a busca por justiça social (Morissawa, 2001). Assentados, posseiros e comunidades rurais enfrentam desafios como concentração fundiária, exploração predatória e restrições de acesso a recursos, dinâmicas frequentemente agravadas por políticas públicas fragmentadas, seletivas e pouco aderentes às especificidades dessas populações.

Nesse contexto de contradições, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), consolidando-se como uma das principais expressões de enfrentamento às desigualdades agrárias no Brasil. Sua emergência evidencia não apenas a insuficiência das políticas estatais, mas também a produção de formas coletivas de organização que tensionam e reconfiguram as estruturas institucionais vigentes.

As ações do MST não se restringem a manifestações ou ocupações, mas se inscrevem no cotidiano, no qual práticas agrícolas, formas de organização coletiva e experiências educativas configuram modos de existência que rearticulam relações sociais, econômicas e simbólicas no campo.

Na região de Curitibanos, marcada pela predominância do latifúndio, o MST emerge como resposta a um contexto de desigualdade estrutural. A constituição dos assentamentos na região expressa tanto a materialização de conquistas históricas quanto a permanência de tensões associadas ao acesso à terra, à efetivação de direitos e à atuação das políticas públicas no território.

Não são apenas grandes eventos históricos que revelam essas desigualdades. Elas se manifestam no cotidiano, por meio de práticas, negociações e estratégias que articulam sobrevivência, resistência e produção da vida em contextos marcados por restrições estruturais.

Assim, o objetivo deste estudo é investigar as histórias e o cotidiano de lutas e sobrevivência dos membros do Assentamento Índio Galdino, na região de Curitibanos/SC, tomando o cotidiano como dimensão analítica central.

Este estudo contribui ao evidenciar o cotidiano como dimensão analítica central para a compreensão dos conflitos socioterritoriais e das dinâmicas da

reforma agrária. Ao articular empiria e teoria, especialmente a partir de Heller e Certeau, demonstra-se que práticas ordinárias não apenas refletem, mas tensionam e reconfiguram relações de poder. Empiricamente, o trabalho amplia a compreensão sobre assentamentos rurais ao explicitar a articulação entre cotidiano, estratégias de permanência no território, oferecendo subsídios para análises mais críticas e contextualizadas do campo brasileiro.

Entre memórias e momentos: teorias sobre o cotidiano e a história

Agnes Heller e Michel de Certeau são autores relevantes no pensamento filosófico, especialmente na análise do cotidiano e da história. Suas obras, marcadas por profundas contribuições individuais, embora distintas, convergem em alguns aspectos, oferecendo uma visão ampla da experiência humana. Contudo, é importante reconhecer as divergências entre suas teorias, que ampliam a compreensão, sobretudo quando mobilizadas, no âmbito deste estudo, para interpretar contextos atravessados por relações de poder e disputas socioterritoriais.

Heller (1970) desenvolveu sua abordagem na teoria crítica e no marxismo, acreditando que a história é impulsionada por lutas de classes e orientada para a emancipação humana. Em contraste, Certeau (2014), influenciado pelo pós-estruturalismo e pela psicanálise, foca em como o discurso e a cultura moldam a experiência humana e como as pessoas resistem e reinterpretam esses discursos, o que permite compreender, neste estudo, tais práticas também em diálogo com estruturas institucionais que atravessam a vida cotidiana.

Para Certeau (2014), a história não se resume a grandes eventos e figuras, mas abrange como as pessoas comuns vivem e praticam suas vidas diárias. Heller (1970), por outro lado, foca nas estruturas sociais e nas lutas de classes como motores da mudança histórica. Enquanto Heller (1970) vê a história como movida por forças estruturais, Certeau (2014) destaca o cotidiano como espaço de produção e reconfiguração dessas mesmas estruturas, ampliando as possibilidades analíticas sobre a relação entre prática e poder.

A concepção de história de Heller (1970) não é uma mera sucessão de eventos ou um registro objetivo do passado, mas uma criação ativa e contínua dos seres humanos. Este ponto de partida filosófico fundamenta-se na capacidade dos indivíduos de moldar o curso dos acontecimentos, apresentando a história como um palco dinâmico, aberto e contraditório.

Um dos pilares da teoria histórica de Heller (1970) é a dialética entre o pessoal e o social, que destaca a interação entre as esferas individual e coletiva na formação histórica. Ela argumenta que, embora as pessoas operem dentro de contextos sociais que influenciam suas ações, elas têm a capacidade de transformar essas estruturas. Isso porque "a sociedade não dispõe de nenhuma

substância além do homem, pois os homens são os portadores da objetividade social, cabendo-lhes exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social" (Heller, 1970, p. 2), o que reforça a centralidade da ação humana na produção de estruturas sociais.

Heller (1970) aborda considerações éticas em sua concepção de história, em que as escolhas morais dos indivíduos são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa. Ela compreende a ética não como normas abstratas, mas como práticas vividas que se manifestam nas decisões cotidianas, afetando a história e contribuindo para realidades sociais alternativas, pois, "a história é história de colisão de valores, de esferas heterogêneas" (1970, p. 7), indicando que os conflitos entre diferentes racionalidades sociais constituem elemento estruturante da dinâmica histórica.

Cada esfera possui uma lógica interna e objetivos que podem não ser compatíveis com os de outras esferas. À medida que interagem, seus valores distintos, muitas vezes, entram em conflito. Este choque de valores ocorre em níveis individual, coletivo e institucional, configurando o cotidiano como espaço no qual tais tensões se materializam e se tornam experienciáveis.

Nessa perspectiva, a história não se apresenta como linearidade, mas como processo marcado por negociações, disputas e reconfigurações constantes. Trata-se de uma compreensão que reconhece a pluralidade da experiência humana e a historicidade das formas sociais.

A fragmentação do sujeito, destacada por Heller (1970), evidencia as condições de alienação e manipulação social, nas quais os indivíduos se distribuem em múltiplos papéis. Essa condição permite compreender a complexidade das posições ocupadas pelos sujeitos no cotidiano, especialmente em contextos marcados por desigualdade e assimetria de poder.

Ao afirmar que "a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática" (Heller, 1970, p. 32), a autora evidencia que as decisões cotidianas se orientam por experiências acumuladas e saberes tácitos. Esse pragmatismo não indica ausência de reflexão, mas formas situadas de ação que respondem às condições concretas da existência, articulando autonomia relativa e limitações estruturais.

Certeau (2014), por sua vez, direciona a análise para as micropráticas cotidianas, evidenciando que os sujeitos operam em contextos atravessados por relações de poder. Ainda assim, desenvolvem ações, estratégias e táticas que permitem navegar e, por vezes, deslocar essas estruturas, configurando o cotidiano como espaço de negociação e reinvenção.

Para o autor, as "estratégias" referem-se ao cálculo das relações de força a partir de posições de poder institucionalizadas, enquanto as "táticas" dizem respeito às formas de agir daqueles que não dispõem de tais posições, operando de maneira situada e contingente. Essas táticas não eliminam as estruturas,

mas produzem fissuras e deslocamentos em seu funcionamento, constituindo formas de ação no interior dos limites impostos (Certeau, 2014).

Importa destacar que essas dimensões não são rígidas. O poder, sendo relacional, permite que os sujeitos transitem entre posições, atuando de maneira estratégica ou tática conforme as circunstâncias, o que reforça a fluidez das práticas cotidianas e sua capacidade de adaptação.

Ao compreender o cotidiano como espaço de práticas significativas, Certeau (2014) desloca a análise de uma perspectiva centrada exclusivamente nas estruturas para uma abordagem que valoriza as ações ordinárias. Atividades como caminhar, cozinhar ou falar passam a ser entendidas como práticas que produzem sentidos e expressam formas de apropriação do mundo social.

Nesse sentido, a história não se restringe às grandes narrativas, mas inclui as micro-histórias do cotidiano, nas quais os sujeitos constroem sentidos e reivindicam sua existência. O cotidiano, portanto, configura-se como dimensão central para compreender dinâmicas sociais, culturais e políticas, incluindo aquelas marcadas por conflito e desigualdade.

Os pontos de convergência entre Heller (1970) e Certeau (2014) evidenciam a complexidade da experiência humana, ao reconhecer tanto as determinações estruturais quanto às práticas cotidianas. Ambos destacam a importância da ação humana na produção da realidade social, ainda que a partir de ênfases distintas entre estrutura e prática.

Dessa forma, a análise proposta neste trabalho não se limita à descrição do cotidiano, mas o compreende como espaço de produção de significados, estratégias e resistências, no qual práticas ordinárias participam da reconfiguração, ainda que parcial, das estruturas sociais existentes.

Materiais e métodos

Neste estudo adotamos uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de narrativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, incorporando princípios da análise narrativa conforme Labov e Waletsky (1967) e Labov (1972). Esses autores examinam as características linguísticas das narrativas pessoais, identificando padrões na organização e sequência de eventos, além de explorar como fatores sociais e culturais influenciam a construção das histórias, o que permite, neste estudo, compreendê-las como expressões situadas em contextos sociais mais amplos.

As entrevistas foram conduzidas de maneira informal, criando um espaço de diálogo no qual os participantes puderam narrar suas trajetórias e os desafios enfrentados até a efetivação da posse da terra. A pesquisa teve início em junho de 2023, com uma visita exploratória ao local, visando a construção de vínculo com a comunidade, e foi concluída em novembro de 2023,

totalizando cinco visitas de campo. As entrevistas ocorreram nas residências dos moradores, com base em um roteiro semiestruturado, permitindo flexibilidade na condução das narrativas e aprofundamento das experiências relatadas.

Para garantir o anonimato, os entrevistados foram identificados por pseudônimos: Carla (27 anos); Cláudia (63 anos); João (50 anos); José (49 anos); Manoel (38 anos); Maria (48 anos); Mariana (31 anos); Mário (68 anos). Todas as entrevistas foram gravadas, mediante autorização dos participantes, e posteriormente transcritas na íntegra.

Os participantes foram selecionados por meio de amostragem intencional, priorizando moradores com trajetória de engajamento no processo de constituição do assentamento desde o período de acampamento. O critério central foi a disponibilidade e o interesse em compartilhar suas experiências, garantindo diversidade de perfis etários e de inserção nas atividades produtivas e organizativas do assentamento.

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu do interesse acadêmico e político em compreender as dinâmicas da reforma agrária na região de Curitibanos, marcada por uma história de intensa conflitualidade fundiária. A escolha pela abordagem qualitativa e pelo instrumento da entrevista semiestruturada foi motivada pela necessidade de acessar dimensões da vida cotidiana que dificilmente seriam capturadas por métodos quantitativos ou por fontes documentais, ou seja, as experiências vividas, as memórias e as práticas de sobrevivência que organizam o cotidiano dos assentados.

Além disso, foi mantido um diário de campo, no qual foram registradas observações relativas às dinâmicas sociais, práticas cotidianas e interações observadas. Esse material atuou como fonte complementar às entrevistas, permitindo uma leitura mais densa das relações sociais e dos contextos nos quais as narrativas se inserem.

A análise das narrativas seguiu um processo sistemático, articulando entrevistas e registros do diário de campo. Inicialmente, as entrevistas foram transcritas com atenção aos elementos linguísticos, incluindo pausas e entonações, conforme sugerido por Labov (1972), reconhecendo tais elementos como constitutivos do sentido narrativo.

Em seguida, as anotações do diário de campo foram organizadas em ordem cronológica, permitindo situar os eventos e experiências no tempo, em consonância com a ênfase de Labov e Waletsky (1967) na estrutura temporal das narrativas. Tal organização possibilitou compreender a articulação entre experiências individuais e processos sociais mais amplos.

Posteriormente, foram identificados padrões e temas recorrentes nas narrativas, que foram interpretados à luz do referencial teórico adotado. Essa etapa permitiu articular as histórias individuais a uma compreensão mais

ampla da realidade social do assentamento, evidenciando dimensões coletivas, históricas e relacionais.

Por fim, a análise buscou compreender as narrativas não apenas como relatos individuais, mas como construções sociais que expressam experiências situadas, permitindo interpretar o cotidiano como espaço de produção de sentidos, práticas e relações atravessadas por estruturas mais amplas.

Este estudo documenta um resgate histórico do cotidiano do MST em Curitibanos/SC e propõe uma reflexão sobre os valores, lutas e expectativas que conformam a vida coletiva, articulando tais experiências a processos sociais mais amplos que atravessam o campo brasileiro.

Terra e poder: a complexa história do acesso à terra em Curitibanos

Historicamente, o acesso à terra no Brasil tem sido marcado por processos de expropriação e concentração que remontam ao período colonial. Desde a invasão portuguesa, o território já era habitado por povos originários, cujas formas de vida foram progressivamente desestruturadas pela apropriação territorial promovida pelos colonizadores. Esse processo resultou na consolidação de um modelo baseado em grandes propriedades e monoculturas que persiste ao longo dos séculos (Lemos, 2006), configurando uma estrutura fundiária profundamente desigual e evidenciando limites históricos das formas de regulação estatal sobre o território.

Ao observar a cidade de Curitibanos, localizada na Região do Vale do Contestado, em Santa Catarina, evidencia-se uma trajetória marcada por disputas em torno do acesso à terra e do exercício do poder, especialmente por ter sido palco da Guerra do Contestado (1912–1916). Nesse contexto, o próprio termo "contestado" revela múltiplas camadas de significado, expressando não apenas disputas territoriais, mas também processos de resistência articulados por populações locais diante de interesses econômicos e intervenções estatais.

Os povos originários foram marginalizados e expulsos de seus territórios, com a consequente desestruturação de seus modos de vida. Paralelamente, grupos dominantes operaram com ampla margem de ação, seja por sua posição social, seja pelo acúmulo de riqueza. A utilização da violência como mecanismo de desapropriação (Germani, 2006) evidencia a atuação seletiva ou mesmo a omissão do Estado na mediação desses conflitos e na proteção de determinados grupos sociais.

Nesse cenário, o Movimento do Contestado emerge como expressão de resistência, articulado sob forte influência religiosa e liderado pelo Monge José Maria. Ao reunir posseiros, trabalhadores expulsos pela construção da estrada de ferro e atores locais em oposição às elites regionais, o movimento evidencia a convergência de tensões sociais, econômicas e políticas que ultrapassam leituras simplificadas do conflito (Carvalho, 2009).

A disputa territorial produziu efeitos diretos sobre as populações locais, que passaram a enfrentar ameaças constantes aos seus meios de subsistência. Trata-se de um processo que não pode ser compreendido isoladamente, mas como parte de uma reconfiguração territorial vinculada a interesses econômicos mais amplos e à atuação de agentes estatais e privados.

No século XVIII e XIX, o povoamento do Planalto Catarinense, influenciado pelo Caminho das Tropas, consolidou núcleos urbanos estratégicos, entre eles Curitibanos (Carvalho, 2009). Durante o conflito, a região assumiu papel central tanto como rota quanto como base militar, revelando sua importância geopolítica. O ataque à Vila de Curitibanos em 1914, descrito por Carvalho (2009), ilustra a intensidade das disputas e a mobilização dos grupos insurgentes.

A denominação dos rebeldes como "fanáticos" evidencia uma construção discursiva que deslegitima suas ações e obscurece as condições materiais que sustentavam o conflito. Sob a lente de Certeau (2014), tais práticas podem ser interpretadas como formas de ação situadas, nas quais sujeitos historicamente subalternizados mobilizam táticas de resistência no interior de estruturas de poder assimétricas.

Ao mesmo tempo, não se pode dissociar o conflito de suas condições estruturais. A região era marcada por pobreza, precariedade no acesso a serviços e intensas disputas territoriais. A presença militar e as ações governamentais não apenas responderam ao conflito, mas atuaram na sua intensificação, sobretudo diante da desapropriação promovida pela construção da estrada de ferro.

Nesse sentido, a classificação dos insurgentes como "fanáticos" não apenas simplifica o conflito, mas também oculta sua dimensão política. Em grande medida, tratava-se de sertanejos pobres que resistiam à expropriação promovida por um Estado articulado a interesses econômicos externos, inclusive estrangeiros (Carvalho, 2009), explicitando a imbricação entre Estado, capital e produção dos conflitos territoriais.

Mesmo após mais de um século do fim do conflito, seus efeitos permanecem perceptíveis. Historicamente excluídos dos processos de desenvolvimento, muitos caboclos ainda vivenciam condições de pobreza (Tecchio, 2023), o que evidencia a permanência de desigualdades estruturais e a continuidade de processos de marginalização territorial.

A formação de grandes fazendas nas planícies da região consolidou um cenário social complexo, marcado por diversidade cultural, mas também por profundas assimetrias de poder e acesso à terra (Witte, 2023).

Os registros históricos que classificavam a população local como "mestiça e primitiva" revelam não apenas preconceitos, mas a produção de narrativas que legitimam a exclusão e desqualificam modos de vida não alinhados à lógica dominante. Tais discursos invisibilizam práticas sustentáveis e formas próprias de organização social, reduzindo-as a sinais de atraso.

A ideia de "extrema pobreza", frequentemente mobilizada nesses registros, opera como categoria simplificadora que ignora a complexidade dessas formas de vida. Ao desconsiderar sistemas produtivos próprios e relações específicas com o território, reforça-se uma visão hegemônica de desenvolvimento que deslegitima outras racionalidades. Cabe esclarecer o que se compreende por "outras racionalidades" neste contexto: trata-se de saberes, lógicas produtivas e formas de organização social que não se enquadram nos parâmetros da racionalidade econômica hegemônica, orientada pela acumulação, pela produtividade mensurável e pela integração ao mercado.

Essas outras lógicas, fundadas na reciprocidade, nos vínculos comunitários, nos saberes tradicionais sobre o manejo da terra e nos ciclos naturais, não devem ser entendidas como formas menos racionais, mas como sistemas de conhecimento e prática que a racionalização dominante tende a deslegitimar. Nesse sentido, o desenvolvimento, enquanto projeto histórico permeado pela racionalização do mundo (Weber, 2004), opera como um dispositivo que subjuga saberes e práticas camponesas, indígenas e caboclas, reduzindo-os a expressões de atraso ou ineficiência. O que está em jogo, portanto, não é simplesmente uma questão de racionalidade versus irracionalidade, mas de hierarquização de saberes e de imposição de um modelo de desenvolvimento que desconhece e subordina formas de vida que não se conformam à sua lógica.

Neste contexto, os povos originários mantinham práticas de uso da terra baseadas no respeito aos ciclos naturais (Witte, 2023), contrastando com a lógica colonial que orientou a ocupação territorial. Como apontam Radin e Silva (2018), a colonização implicou a transformação da paisagem por meio da expansão agrícola e da derrubada da floresta, inscrevendo no território um projeto de desenvolvimento associado à exploração e à concentração fundiária.

As consequências desse processo persistem no presente. Famílias caboclas empobrecidas enfrentam condições de trabalho instáveis, marcadas pela informalidade e pela sazonalidade (Tecchio, 2023), o que limita o acesso a direitos sociais e evidencia fragilidades na efetivação de políticas públicas voltadas ao meio rural.

Essa realidade permite articular as contribuições de Heller (1970) e Certeau (2014), ao evidenciar como estruturas históricas se inscrevem no cotidiano. Enquanto Heller possibilita compreender a relação entre história, ética e vida cotidiana, Certeau permite interpretar as práticas ordinárias como formas de negociação e resistência diante de estruturas dominantes.

Assim, as trajetórias marcadas por migração, exploração e precariedade não podem ser compreendidas apenas como efeitos passivos de estruturas sociais, mas também como processos nos quais sujeitos mobilizam práticas cotidianas para enfrentar, contornar e, por vezes, tensionar essas mesmas estruturas.

Essa retrospectiva evidencia que as disputas pela terra em Curitibanos não pertencem apenas ao passado, mas se atualizam nas práticas cotidianas e nas condições de vida das populações locais. Compreender essa articulação entre história, território e cotidiano permite evidenciar a continuidade dos conflitos socioterritoriais e suas reconfigurações no presente, oferecendo subsídios para uma leitura mais ampla da realidade dos assentados e das dinâmicas que atravessam o campo brasileiro.

Conexões de luta: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a luta pela terra no Assentamento Índio Galdino

O MST surgiu no Brasil como resposta à concentração fundiária e às desigualdades no campo, configurando-se como uma forma de enfrentamento às limitações históricas das políticas estatais de reforma agrária. Inspirado pelas lutas das Ligas Camponesas e articulado com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o movimento se consolida, a partir dos anos 1980, como uma mobilização de camponeses e trabalhadores rurais em torno da redistribuição da terra e da transformação social. A influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi decisiva nesse processo, ao articular dimensões políticas, comunitárias e simbólicas da luta.

A questão agrária brasileira, compreendida como o conjunto de problemas estruturais relacionados à propriedade, ao uso da terra e às relações de produção no campo, constitui o pano de fundo sobre o qual emergiu o MST. Para Stédile (2005), a concentração fundiária no Brasil não é resultado de processos naturais, mas de escolhas políticas históricas que privilegiaram o grande proprietário em detrimento do trabalhador rural.

Nesse sentido, a luta pela reforma agrária extrapola a demanda por terra e se inscreve em um debate mais amplo sobre modelos de desenvolvimento, soberania alimentar e democracia no campo (Fernandes, 2001). O MST surge, portanto, não como um fenômeno isolado, mas como expressão de um longo processo de organização camponesa que inclui as Ligas Camponesas dos anos 1950 e 1960 (Julão, 1962), as lutas dos posseiros no Centro-Oeste e na Amazônia, e a articulação promovida pela CPT no contexto da abertura democrática. A compreensão desse percurso histórico é fundamental para situar as práticas cotidianas analisadas neste estudo como parte de uma trajetória mais ampla de luta por direitos e reconhecimento no campo brasileiro.

Nesse sentido, o MST combina ações diretas, como ocupações de terras improdutivas, com processos de formação, organização e educação, constituindo-se não apenas como movimento reivindicatório, mas como produtor de formas alternativas de organização social e de tensionamento das estruturas estatais (Morissawa, 2001).

Em 1998, o MST encontrou em Curitibanos um cenário propício à mobilização de famílias camponesas, inserido em um contexto marcado pela concentração fundiária e pela insuficiência de políticas públicas voltadas à democratização do acesso à terra. Conforme Morissawa (2001, p. 153), seu objetivo central articula "luta por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade", o que evidencia não apenas uma reivindicação por recursos, mas a proposição de um projeto político que confronta a lógica dominante de uso e apropriação do território.

A inserção do movimento na região não pode ser compreendida apenas como um evento pontual, mas como parte de um processo mais amplo de reorganização socioterritorial. A constituição do assentamento expressa tanto a materialização de conquistas históricas quanto a permanência de tensões relacionadas à efetivação de direitos e à atuação do Estado no campo.

O conceito de território, central para a compreensão dos processos analisados neste estudo, é aqui mobilizado a partir da tradição da geografia crítica brasileira. Para Haesbaert (2004), o território deve ser compreendido como espaço apropriado e vivido pelos grupos sociais, implicando sempre relações de poder, sejam elas de domínio (controle jurídico-político) ou de apropriação (vinculada ao uso, à identidade e ao pertencimento).

Nesse sentido, o processo de territorialização do assentamento não se reduz à ocupação física da terra, mas envolve a construção coletiva de vínculos, memórias e formas de organização social que transformam aquele espaço em lugar vivido. Para Fernandes (2005), os assentamentos rurais configuram-se como frações do território camponês, ou seja, espaços nos quais se produzem não apenas alimentos, mas também relações sociais, identidades e formas de resistência. Essa perspectiva permite compreender o Assentamento Índio Galdino como território em construção, atravessado por disputas, conquistas e pela produção cotidiana de novas territorialidades.

A aproximação empírica com as famílias assentadas revelou dimensões do cotidiano que frequentemente escapam às análises centradas exclusivamente em estruturas institucionais. O percurso até as residências, as formas de recepção e os espaços de convivência evidenciam uma sociabilidade marcada por vínculos de solidariedade e por práticas que produzem sentido no cotidiano, permitindo compreender o assentamento como espaço vivido e não apenas como unidade produtiva.

As entrevistas, realizadas nas residências dos participantes, ocorreram em ambientes que articulam trabalho, família e convivência, como cozinhas, varandas e áreas externas, revelando a inseparabilidade entre vida cotidiana e processos de produção social do território. A partilha de alimentos e a hospitalidade não se configuram apenas como gestos culturais, mas como expressões de uma ética relacional que atravessa a vida no assentamento.

As narrativas evidenciam como os assentados se estabeleceram e se adaptaram ao território, revelando processos que envolvem tanto práticas

cotidianas quanto relações com estruturas institucionais. A área do assentamento, localizada entre os municípios de Frei Rogério e Curitibanos, passou por um processo de expansão à medida que novas famílias foram incorporadas, indicando dinâmicas de ocupação que articulam organização coletiva, disputa territorial e produção de novas territorialidades.

O Assentamento Índio Galdino foi criado em 1998, a partir de ocupação organizada pelo MST em área considerada improdutiva na região de Curitibanos, no Planalto Serrano de Santa Catarina. O nome homenageia o indígena Galdino Jesus dos Santos, liderança kaingang assassinado em Brasília em 1997, cuja morte mobilizou o debate sobre os direitos dos povos originários no Brasil.

O assentamento abriga aproximadamente 45 famílias, distribuídas em lotes individuais e áreas de uso coletivo, em um território de cerca de 1.200 hectares. As famílias assentadas desenvolvem principalmente agricultura familiar, com produção de alimentos para subsistência e comercialização em circuitos locais (Diário de Campo, 2023).

A região de Curitibanos é caracterizada por relevo ondulado, cobertura florestal de Mata Atlântica em diferentes estágios de regeneração e predomínio histórico de grandes propriedades agropecuárias, contexto que confere ao assentamento uma dimensão estratégica no debate regional sobre acesso à terra.

A análise, ao privilegiar as vozes dos sujeitos, busca tensionar sua histórica invisibilização, reconhecendo que tais narrativas emergem em contextos marcados por desigualdades estruturais e disputas por direitos. Nesse sentido, não se trata apenas de registrar experiências, mas de compreendê-las como formas de produção de conhecimento situadas, capazes de revelar dimensões do social que escapam às leituras hegemônicas.

Assim, o assentamento pode ser interpretado não apenas como resultado de uma política de redistribuição de terras, mas como um espaço em permanente construção, no qual práticas cotidianas, relações sociais e disputas institucionais se entrelaçam. Os assentados não apenas respondem às condições impostas, mas atuam na produção ativa de seu cotidiano e de seu território, tensionando estruturas históricas e reconfigurando possibilidades de existência no campo.

Raízes da resistência: o passado dos produtores antes do MST

O Brasil apresenta uma das mais elevadas concentrações fundiárias do mundo, configurando um cenário em que a terra permanece sob controle de uma elite agrária, limitando as possibilidades de reprodução social de pequenos agricultores (Morissawa, 2001), o que evidencia a persistência de

desigualdades estruturais associadas às limitações históricas das políticas de acesso à terra.

O relato de João (50 anos) ilustra esse contexto:

> 001 – (...) trabalhava, em 97, com boi, arado manual. Às vezes (...) como diarista (...) o terreno não era grande. (...) a pistolagem ali era forte (...) a própria polícia atirou em nós. Nós ficamos 70 dias, ilhado lá (...) mas parece que tá no sangue (João, 2023).

A narrativa evidencia que práticas ordinárias, como trabalhar a terra ou recorrer ao trabalho informal, não podem ser compreendidas como ações isoladas, mas como dimensões constitutivas de um cotidiano atravessado por relações de poder e restrições estruturais. Nesse sentido, conforme Heller (1970), o cotidiano não se reduz à repetição de rotinas, mas configura-se como espaço no qual se expressam as contradições sociais mais amplas, tornando visível a forma como a história se materializa na vida dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, na perspectiva de Certeau (2014), tais práticas podem ser interpretadas como táticas cotidianas, por meio das quais indivíduos operam dentro de condições adversas, buscando alternativas para garantir sua sobrevivência. A inserção de João em atividades precárias, bem como sua decisão de ingressar no movimento, revelam modos de agir que, embora situados em contextos de limitação, produzem deslocamentos e tensionamentos nas estruturas estabelecidas.

A permanência forçada no acampamento, sob ameaça armada, revela que a disputa pela terra não se restringe à esfera econômica, mas envolve também a negação do direito à existência e à permanência no território. Essa dimensão evidencia o caráter coercitivo dos conflitos fundiários, nos quais o Estado, direta ou indiretamente, participa da produção dessas violências, tensionando sua posição enquanto mediador dos conflitos sociais.

No caso de Mariana (31 anos), a fragmentação da terra por herança e a inserção precária no trabalho evidenciam outras formas de limitação estrutural:

> 002 - Aí o meu pai tinha um pedaço de terra (...) para subsistência (...) ele trabalhava (...) fora, na marcenaria né? (...) a gente ficou bem assustado [com o movimento] (...) que a gente via na mídia era que eles, matavam as pessoas, (Mariana, 2023).

A narrativa revela que a insuficiência da terra não apenas compromete a sobrevivência material da família, mas também produz trajetórias marcadas pela instabilidade e pela necessidade de inserção em trabalhos precários. Sob a lente de Heller (1970), tais condições expressam como o cotidiano é estruturado por limitações que restringem as possibilidades de escolha,

evidenciando que a decisão dos sujeitos se dá sempre em diálogo com condicionantes históricos e sociais.

Além disso, a referência à mídia introduz uma dimensão simbólica relevante, indicando que a disputa pela terra não se restringe ao plano material, mas se estende ao campo das representações. Nesse sentido, conforme Certeau (2014), os sujeitos não apenas vivem essas narrativas impostas, mas também as reinterpretam no cotidiano, negociando sentidos e reconstruindo suas percepções a partir de suas próprias experiências.

Assim, os relatos analisados permitem compreender que o cotidiano desses sujeitos não é um espaço passivo, mas um terreno no qual se articulam práticas de adaptação, resistência e produção de sentido. A adesão ao MST, nesse contexto, emerge menos como uma ruptura abrupta e mais como um desdobramento de trajetórias já marcadas por restrições estruturais, nas quais a busca por terra se entrelaça à busca por dignidade, pertencimento e reconhecimento. Além disso, a experiência de deslocamento forçado aparece como elemento central:

> 003 - (...) quando o pai decidiu ir, a gente pensava que ele não ia mais voltar (...) na época como tinha esse outro assentamento do outro lado do rio, lá se tinha essa conversa de barragens, aí a gente tinha medo também, e até então lá onde a gente morava está embaixo d'agua. Aí veio o convite através dos amigos lá do pai, que na época mais dois irmãos dele foram junto (...) daquela comunidade nossa foi dez ou doze famílias. No dia que a gente começou arrumar as coisas, ficou até emocionado de sair de lá e deixar minha vó (...) o terreno da minha vó era pequeno, dava para produzir para subsistência (...) a gente produzia comida (...) de comida nunca passamos fome (...) (Mariana, 2023).

As histórias são construídas na cotidianidade, como um espaço de vivências, escolhas e significados nas interações diárias (Heller, 1970). No relato, Mariana compartilha sua história e experiências cotidianas entrelaçadas com estruturas maiores que impuseram limitações significativas. Ela menciona que seu pai possuía um pedaço de terra, que, devido à fragmentação por herança, se mostrava insuficiente para a subsistência da família. Diante dessa realidade, em busca de melhores condições, seu pai decide se mudar para perto da avó de Mariana. No entanto, essa tentativa de buscar uma vida melhor é novamente desafiada pelas estruturas sociais, desta vez pela construção de barragens, que impõem novas limitações ao seu modo de vida.

A construção de barragens, conforme a narrativa, é apresentada como um projeto de desenvolvimento que trará benefícios econômicos para a região, mas, na prática, muitas vezes resulta na perda irreparável de terras férteis, destruição do ambiente natural e deslocamento forçado de comunidades inteiras, o que permite compreender tais iniciativas como processos que produzem impactos desiguais sobre diferentes grupos sociais. Esses projetos

são frequentemente implementados sem o consentimento ou consulta prévia das comunidades afetadas, exacerbando as desigualdades sociais e econômicas.

A escolha de se juntar ao MST surge como uma resposta a essas restrições estruturais, representando um ato de resistência e a busca por um espaço digno para cuidar da sua família. Para Heller (1970), as escolhas individuais são influenciadas pelo ambiente social mais amplo, e a adesão ao MST reflete as profundas desigualdades e injustiças da sociedade em que viviam, podendo ser compreendida como uma ação situada em um contexto de restrições estruturais. Essa decisão não é apenas uma questão de necessidade econômica; reflete uma luta por autonomia, pertencimento e a reconstrução de um senso de comunidade e solidariedade diante das adversidades.

> 004 - (...) o pai conheceu a mãe, trabalhando de peão, aí foram morar na cidade, no caso vender mão de obra, né, mas era camponês sempre trabalhou na lavoura. Era Ministro na igreja, né? Sempre ajudava, ali na igreja, e sempre tinha o sonho de comprar a terra, até várias vezes, ele conseguiu comprar um terreninho ali na cidade na época não tinha luz tinha água, era na cidade, mas não tinha nada, não tinha luz, aí ele é sempre seu sonho de comprar a terra, né? Na época tipo assim, não era tão valorizada a terra como é hoje, mas aí surgiu várias, tipo assim, ele foi ver o brique, que tinha muita gente que tava no campo indo para cidade. Aí veio esse convite aí para entrar para o sem-terra em 1999 (...) na época tinha um padre lá que tinha Pastoral da Terra (...) daí convidaram ele (...) na época eu tinha o que, tinha quatorze anos. (...) O pai trabalhava de pedreiro, naquela época era bem sofrida a lida dele. O pai sofreu bastante também porque não tem uma vista, daí quando ia arrumar emprego também, além de ser preto, caboclo né, ainda não tinha uma vista, tinha um preconceito assim, então ele sofreu bastante assim, porque não conseguia arrumar emprego (...) sempre com o sonho de ser produtor (Manoel, 2023).

Heller (1970, p. 24) afirma que "a vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas". A narrativa de Manoel revela uma série de escolhas de seu pai ao longo da vida, desde a decisão de se mudar para a cidade até os desafios enfrentados como trabalhador e as dificuldades por preconceito e acesso a emprego.

A trajetória de sua família proporcionou a Manoel observar o mundo com uma perspectiva que valoriza a solidariedade, a perseverança e a luta por seus sonhos e valores. Assim, quando surgiu a oportunidade de se juntar ao MST, encorajado pela influência da Pastoral da Terra e por um clérigo comprometido com a justiça social, o pai de Manoel viu uma chance de realizar o sonho de conquistar um pedaço de terra. Esse convite representou mais do que uma simples mudança de cenário; significou a possibilidade de reivindicar uma vida digna, trabalhar a terra com suas próprias mãos e construir o futuro. Para Manoel, esse momento marcou o início de uma jornada de luta, que o

levaria a compreender mais profundamente as raízes de sua família, sua identidade e sua própria capacidade de contribuir para a transformação da realidade social.

A partir dessas narrativas compreendemos que, em meio às tramas da vida cotidiana, o MST surge como um horizonte de possibilidades, uma oportunidade de transformação que se entrelaça com as esperanças e lutas de seus integrantes. Certeau (2014), com sua percepção das táticas cotidianas que as pessoas utilizam para negociar e subverter os espaços de poder, nos permite entender que, nas ações dos membros do movimento, há uma reinvenção do espaço social, uma arte de fazer que reconstrói o tecido da cotidianidade ao reivindicar um pedaço de terra para chamar de seu.

Por meio dessa ótica, podemos ver como o MST permite a seus integrantes trilhar caminhos inexplorados de resistência, desafiando as estruturas estabelecidas. Eles não aceitam passivamente as condições impostas; ao contrário, agem criativamente dentro e contra essas condições, usando-as como palco para a articular novas possibilidades de vida. Para Heller (1970), o cotidiano é o espaço onde as lutas individuais e coletivas se inscrevem como dimensões constitutivas da vida social e é precisamente nesse registro que a adesão ao MST adquire sentido pleno. Não se trata apenas de reivindicação material de terra, mas de redefinição das relações sociais, dos significados e das formas de pertencimento coletivo.

As narrativas entrelaçadas dos membros do MST ressoam com um desejo coletivo de quebrar as correntes de um passado marcado pela submissão. Alguns produtores assentados relatam que seus antepassados viveram na época da Guerra do Contestado; muitos fugiram de suas terras por causa do conflito, outros venderam a qualquer preço e migraram para outras regiões, buscando recomeçar a vida longe daquela realidade.

Ao compreender este panorama, evidenciamos a continuidade das desigualdades históricas, pois as gerações que sucederam a Guerra ainda enfrentam as mesmas condições de marginalização e exclusão no acesso à terra. Nesse contexto, o MST surge como uma resposta legítima das pessoas que perceberam a necessidade de reivindicar seus direitos e lutar por uma distribuição mais justa dos recursos fundiários. A terra, portanto, transcende sua materialidade, emergindo como fundamento de uma nova realidade, na qual práticas cotidianas de resistência e criação desbravam caminhos para uma vida digna.

Ao mergulharem na luta proposta pelo MST, os participantes subvertem a ordem imposta para alcançar a propriedade da terra; eles urdem na trama do cotidiano os sonhos de um futuro construído sobre a comunhão e o cuidado recíproco, que se configuram como os frutos verdadeiros da terra angariada. Este enlace de batalhas, aspirações e atos do dia a dia desenha a visão de um novo modo de viver e coexistir, impregnado pela solidariedade e liberdade, mostrando a força da ação humana na reconfiguração dos espaços de vida.

Entre sonhos e barracas: a jornada dos produtores no MST

Mais do que espaços provisórios, os acampamentos do MST configuram-se como territórios em disputa, nos quais se articulam práticas cotidianas, formas de organização coletiva e reivindicações por direitos. A vida nesses espaços é atravessada por precariedades materiais, ao mesmo tempo em que produz formas próprias de sociabilidade e organização.

No relato de José, observa-se uma dinâmica na qual a organização do cotidiano emerge da necessidade, estruturando-se por meio da divisão de tarefas e da cooperação. Essa configuração indica a produção de formas situadas de gestão da vida coletiva, nas quais o individual se articula ao coletivo de maneira contingente e relacional.

Em diálogo com Certeau (2014), tais práticas podem ser compreendidas como modos de fazer que operam a partir das condições disponíveis, não como expressão de autonomia plena, mas como formas de ação inscritas em contextos de restrição.

> 005 - (...) entre os vizinhos era tudo bem, cada um se botava no seu lugar (...) tinha a turma da higiene (...) nóis se acertava, tava todo mundo reunido (...) o líder falava: vamos ter que caprichar com o barraco, fazer isso e aquilo, hoje tem um trabalho lá, lidar com a água pra nóis bebê, já não tem muita água no poço, temos que abrir esse poço mais bem (...) se não tinha voluntário aí a gente ia por número (...) tinha a turma da saúde (...) eles entendiam sobre remédio, chá (...) o líder da coordenação (...) participava e chamava todo mundo (José, 2023).

No tecido desse novo cotidiano, José narra como a organização e a solidariedade se entrelaçam na construção de uma vida coletiva. Aqui, cada um traz seu saber e sua força, compondo uma dinâmica em que o individual se articula ao coletivo. Essa configuração revela formas situadas de organização social, nas quais a gestão da vida cotidiana emerge da necessidade e da cooperação. Em diálogo com Certeau (2014), tais práticas podem ser compreendidas como modos de fazer que operam a partir das condições disponíveis, reinventando o espaço vivido. O Assentamento Índio Galdino, nesse sentido, constitui-se como um espaço no qual resistência e reinvenção se materializam nas práticas ordinárias, seja na organização do trabalho, na gestão dos recursos ou nas relações de convivência.

No relato de Mariana, as doações recebidas pelo acampamento assumem uma dimensão que ultrapassa o caráter material, inscrevendo-se em redes de solidariedade que sustentam a permanência no território.

> 006 - Vinha muitas doações que tinha cesta básica, então tudo certo (...) igrejas ou outros assentamentos também ou às vezes até pessoas que nem sabia, né? Mandavam as coisas, né? Roupas, assim todo (...) não foi, mas tinha era uma realidade

> meio que de todos os acampamentos. Às vezes vem até de fora do país agora tem uma organização por trás, né? (Mariana, 2023).

Por meio da solidariedade, da resistência cotidiana e da reconstrução coletiva do espaço, os produtores não apenas sobrevivem, mas afirmam sua existência em condições adversas. A dinâmica observada nos acampamentos articula criatividade na gestão de recursos escassos e uma dependência de redes externas de suporte, situando essas práticas em um campo mais amplo de relações sociais. Tal configuração remete às insuficiências das políticas públicas na garantia de condições dignas de vida para populações rurais, evidenciando lacunas institucionais persistentes. A solidariedade interna, embora fundamental, não substitui a ausência de ações estatais efetivas, inscrevendo a vida no acampamento em um cenário de direitos parcialmente assegurados.

Nos registros do diário de campo, observa-se a continuidade das práticas solidárias ao longo da trajetória do MST. Esse comportamento projeta-se para além dos limites internos do movimento, incluindo ações voltadas a comunidades externas e respostas a situações de crise, como durante a pandemia de COVID-19. Nesse contexto, o MST mobiliza redes e recursos que extrapolam o espaço do assentamento, atuando na distribuição de alimentos e no apoio a populações em situação de vulnerabilidade.

A disposição dos produtores para atender demandas emergenciais, mesmo diante de adversidades, inscreve-se em um compromisso ético-político com a solidariedade e a cooperação. Essas ações, além de responderem a situações de necessidade, configuram-se como formas de intervenção no espaço público, tensionando representações sociais sobre o movimento. Ao evidenciar a produção de alimentos e a organização coletiva, os assentamentos contrapõem-se a modelos hegemônicos de uso da terra, marcados pela lógica da produção de commodities, afirmando outras racionalidades produtivas e sociais.

O período de acampamento, portanto, não se limita à espera pela regularização fundiária; ele constitui-se também como um tempo de formação, no qual se desenvolvem práticas educativas articuladas à experiência coletiva. Mariana (31 anos) descreve a organização dessas atividades no interior do acampamento.

> 007 - Era uma senhora, não lembro o nome, mas era assim uma pessoa diretamente [ligada à] alfabetização. Aí ele separava por fila, entendeu? Segundo a terceira, quarta série aí tantos minutos, ele dava atenção para aquele deixava uma tarefa. Aí acabava que nós que era da quarta série acabava ajudando ela na instrução (...) aquele sistema de, aí quando eu tive que ir para a cidade para, para estudar ali aí me bateu um pouco assim, né? Você não tinha amigos que da mesma idade que vinham do

> mesmo lugar, vinha um transporte para buscar os alunos para, para virem pra cidade, né? Porque a escola que o meu filho estuda agora, mas era um outro modelo também era estadual em cima e municipal em baixo hoje, ele só é tudo Municipal que é a que ele estuda. Mas na Estadual que eu, que eu ia não tinha ninguém que do meu ônibus vamos dizer assim da nossa galera lá que estudava na minha série, estava sozinha. Até inclusive tinha um menino, mas acabaram separando da gente. Ele fez uma bagunça lá, eles separaram ele aí eu fiquei mesmo sozinha ali então nossa sofria muito bullying, até dos professores. Ah e daí era obrigatório de uniforme a gente não tinha. Aí dia de educação física e de calça jeans o estado não está dando demais não é a época veio aqueles verdes que era de todo mundo igual agora não tá dando mais, mas é obrigatório pelo menos uma época que eu peguei aqui também não tinha livro. A gente ia comprar livro não era assim depois quando a gente foi para lá daí tinha que comprar as apostilas, falaram cada semestre tinha que comprar direitinho (Mariana, 2023).

A organização das aulas emerge como uma prática construída a partir das condições disponíveis, mobilizando recursos limitados para garantir o acesso à educação. Essa experiência configura formas alternativas de produção do conhecimento, nas quais o ensino se estrutura de maneira coletiva e adaptativa. Tais práticas remetem à reinvenção de processos educativos em contextos de ausência ou insuficiência de políticas públicas, situando a educação como dimensão central da vida no acampamento.

Observa-se, ainda, a formação de lideranças como parte desse processo, entendida como uma prática que se desenvolve no interior das relações cotidianas. Como sugere Heller (1970), a aprendizagem se inscreve no grupo, sendo atravessada pelas experiências vividas. Nesse sentido, a ênfase na educação articula-se às condições de restrição enfrentadas, configurando-se como uma resposta às limitações de acesso a direitos educacionais.

Ao transitar para a escola na cidade, a narrativa revela um deslocamento entre diferentes contextos sociais. As dificuldades enfrentadas, como o preconceito, a exigência de uniforme e a ausência de suporte institucional, inscrevem-se em um sistema educacional que tende a reproduzir desigualdades, pouco sensível às especificidades dos estudantes oriundos do campo.

> 008 - Muita gente pensa que os sem-terra é um bicho, que nóis em Curitibanos, cheguemos em 2002, todo mundo tratava nóis de orelha de pé (...) fomos se adequando com eles, agora nos tratam bem (...) até mesmo quando íamos negociar ali no banco, eles tratam bem a gente, mas de primeira ficavam de orelha em pé (...) muitos chegavam assim em nóis e dizia assim: lá tem muito caboclo lá que não presta né? (José, 2023).

Esse fragmento aponta para o preconceito inicial associado aos integrantes do MST, seguido por um processo gradual de reconfiguração das relações sociais. A interação no banco, nesse sentido, expressa dinâmicas de negociação e reconhecimento, nas quais os assentados tensionam representações pré-estabelecidas e produzem novas formas de inserção social.

Um aspecto central das narrativas é o senso de comunidade e solidariedade que emerge entre os participantes. A partilha de recursos e a colaboração nas tarefas cotidianas constituem elementos fundamentais na sustentação da vida coletiva, contribuindo para a construção de uma identidade baseada na luta comum pela terra e pela justiça social.

Apesar das adversidades, as narrativas são atravessadas por uma expectativa de transformação. A possibilidade de acesso à terra e de construção de uma vida no campo projeta horizontes de autonomia e dignidade, sustentando a permanência na luta. Essa expectativa se alimenta das experiências cotidianas e das conquistas parciais, configurando um horizonte no qual se inscrevem projetos de vida e de futuro.

Da resistência à residência: o sonho do assentamento se realiza

Este subtópico apresenta a vida dos membros do MST após a concretização do assentamento, compreendido não apenas como conquista territorial, mas como reconfiguração das condições de existência. Trata-se de uma transição que extrapola a dimensão física, inscrevendo-se em processos sociais que articulam permanência, pertencimento e produção da vida cotidiana, marcando a passagem da resistência ativa à constituição de um espaço próprio, onde se cultivam não apenas alimentos, mas projetos de futuro.

A obtenção do assentamento configura-se como um ponto de inflexão nas trajetórias dos agricultores, resultante de longos períodos de luta. Esse momento articula múltiplas dimensões, alegria, alívio e reorientação de expectativas, inscrevendo-se como expressão da capacidade coletiva de enfrentamento de estruturas desiguais. Mais do que um desfecho, o assentamento reorganiza os horizontes de ação, reposicionando os sujeitos frente às possibilidades de reprodução social.

Uma vez conquistada a terra, os assentados passam a lidar com novos desafios, relacionados à materialização das condições de vida no território. A construção de moradias, o acesso à água, a organização das vias e a estrutura produtiva passam a compor um conjunto de práticas que articulam trabalho, cooperação e adaptação às condições disponíveis. Essa etapa consolida o assentamento como espaço de vida, ao mesmo tempo em que mantém abertas as tensões próprias da luta por direitos.

A chegada dos primeiros recursos financeiros destinados à produção agrícola desencadeia dinâmicas que tensionam a relação entre projetos individuais e coletivos. João, ao relatar sua experiência, explicita esse momento:

> 009 - Quando saiu os primeiros recursos, cê vê nós não pensamos, coisa que tá na cultura e não tem jeito, quando que saiu o assentamento se atacamo a comprar junta de boi, arado de boi, carroça. O dinheiro veio, nós tinha terra, e agora, vamos se atacar. Ninguém parou e bah não conseguiu juntar. Vamos se juntar e comprar uma patrulha agrícola? Com o mesmo dinheiro nós comprava trator que fazia o serviço de todo mundo. Todo mundo começou a olhar de forma individual mesmo que a gente tinha aquela discussão, já não tinha mais como com únicas alternativa que eu falei do coletivo que era a única que tinha né? (João, 2023).

O episódio inscreve-se em um campo de tensões entre disposições culturalmente incorporadas e possibilidades de organização coletiva, revelando como práticas individualizadas podem coexistir e, por vezes, prevalecer, mesmo em contextos orientados por princípios coletivos. A reflexão posterior do próprio assentado remete à consciência dessas contradições, indicando a percepção de alternativas não realizadas.

No cotidiano, tais práticas articulam-se a decisões situadas, orientadas por necessidades imediatas e referências previamente constituídas. Em diálogo com Certeau (2014), essas ações podem ser compreendidas como modos de operar que se ajustam às circunstâncias, sem necessariamente convergir com projetos coletivos mais amplos. A experiência relatada por João remete à complexidade da construção do coletivo, evidenciando que este não se constitui de forma linear, mas atravessado por disputas, escolhas e limites.

Apesar dessas tensões iniciais, os registros do diário de campo indicam a emergência de práticas coletivas que se consolidam ao longo do tempo, sugerindo processos de aprendizagem e reconfiguração das formas de organização. A formação de grupos de produção, iniciativas conjuntas de comercialização e a criação de associações e cooperativas expressam movimentos de articulação coletiva que se desenvolvem em resposta às condições enfrentadas.

Essas práticas podem ser situadas como formas de atuação que se constituem no interior de estruturas mais amplas, nas quais os assentados buscam construir alternativas frente às dinâmicas dominantes do agronegócio. Nesse sentido, a produção e comercialização de alimentos configuram-se como espaços de disputa, nos quais se afirmam outras racionalidades produtivas e sociais.

A busca por alternativas econômicas e produtivas remete à capacidade de reconfiguração das práticas cotidianas, articulando experiências passadas e condições presentes. O cotidiano, nesse contexto, assume centralidade como

espaço no qual se produzem continuidades e deslocamentos, permitindo compreender como as trajetórias históricas se inscrevem nas práticas atuais e projetam possibilidades futuras.

Uma dimensão particularmente reveladora refere-se à inserção dos assentados em circuitos de comercialização. Nos registros de campo, observa-se a participação em feiras livres na cidade de Curitibanos, posteriormente alterada por decisão do Poder Executivo Municipal, que instituiu o Mercado Municipal como novo espaço de comercialização. Tal mudança introduz novas exigências e reconfigura as condições de inserção dos produtores, como relatado por Manoel:

> 010 - A gente não acreditava né, ah é apenas campanha e ele fez né? E ainda no começo a ideia era um box para cada comunidade, né? Chegou na época. Nós não se organizamos, o pessoal também não se organizou e acabou que nós formemos uma associação daí, daí reuniu nosso assentamento (...) temos capengando agora para dar baixa nela, porque não deu certo porque tipo assim produtos de origem animal, não podia vender. É, geleia, vamos dizer assim que tinha que legalizar o município determinou que lá é lei municipal e estadual também, né? Que para vender lá tem que ter essa, essas questões (Manoel, 2023).

Mariana complementa essa experiência:

> 011 - E no mercado que a gente foi né? seis meses oito meses é um outro, é um outro formato, porque ali acaba sendo um mercado, porque eles exigem que tenham as gôndolas da gente cheia sempre com... de tudo. Que não, a gente não produz tudo o ano inteiro! Então a gente [sai] aqui de manhã fica o dia todo lá atendendo como se fosse um, é um comércio, e se abrir todos os dias da semana a feira. Não estava sozinha, a gente tem ainda dividir tá, hoje era eu e Manoel, amanhã o João e a Maria, mas mesmo assim não, não fluiu do jeito que a gente imaginava (Mariana, 2023).

As narrativas indicam um descompasso entre as exigências institucionais e as condições concretas de produção dos assentados, evidenciando como determinadas políticas podem operar de forma pouco ajustada às realidades locais. A exigência de padronização e regularidade na oferta de produtos inscreve-se em uma lógica que nem sempre dialoga com os ritmos da produção agrícola familiar.

Diante dessas restrições, os assentados passam a mobilizar alternativas, reconfigurando suas formas de comercialização. A utilização do WhatsApp para organização de vendas e entregas diretas configura-se como uma prática que emerge no cotidiano, articulando relações previamente estabelecidas com os consumidores, como relata Manoel:

> 012 - Daí a gente já tinha o nosso cliente temos ainda né, temos vinho, vinagre, geleia. E morango produzindo. E aí [é vendido] via WhatsApp. Aí quando vai pra cidade tem banda para todo mundo posta que tem o produto também, né? Mas tem esse contato, né? Porque o pessoal já tinha costume já de [ir] lá na feira, então a gente já tinha uma certa amizade. Vamos dizer assim, não é só clientes, então tem esse contato no WhatsApp [quando] precisa de alguma coisa, mas nem todos que estavam nas feiras [continuam sendo clientes] (Manoel, 2023).

Essa reconfiguração remete à capacidade de adaptação diante de limites institucionais, permitindo a manutenção das relações comerciais e a continuidade da produção. Em diálogo com Certeau (2014), tais práticas podem ser compreendidas como formas de operar no interior de estruturas que não são plenamente controladas pelos sujeitos, evidenciando a inventividade presente no cotidiano.

As observações de campo também indicam que as propriedades se consolidam como espaços produtivos, sustentando as famílias que nelas vivem. As diferenças entre os territórios, relevo, vegetação e condições ambientais, inscrevem-se em formas diversas de uso da terra, mas, em conjunto, compõem um cenário no qual a produção agrícola se articula à reprodução da vida familiar.

Ao acompanhar as trajetórias dos assentados, torna-se possível perceber que as lutas pela terra e pelo sustento não se apresentam como eventos isolados, mas como parte de uma continuidade histórica que atravessa o cotidiano. As memórias familiares, as experiências de deslocamento e as estratégias de permanência entrelaçam-se na construção de sentidos e práticas compartilhadas.

À luz de Heller (1970), essas ações cotidianas inscrevem-se como dimensões constitutivas da vida social, nas quais escolhas, repetições e práticas ordinárias estruturam a experiência histórica. Plantar, construir, organizar-se coletivamente configuram-se como práticas que, embora ordinárias, participam da produção de transformações mais amplas.

Em diálogo com Certeau (2014), tais práticas podem ser compreendidas como modos de fazer que operam nas margens das estruturas estabelecidas, reconfigurando, ainda que de forma parcial, as condições impostas. O assentamento, nesse sentido, não se reduz a um espaço físico, mas se constitui como um campo de relações, práticas e disputas que se atualizam no cotidiano.

A análise das experiências vividas permite compreender que, mais do que enfrentar adversidades, os assentados produzem formas de existência que articulam resistência, adaptação e criação, configurando modos de vida que se constroem na intersecção entre história e cotidiano.

Considerações finais

Ao final deste percurso pelas trajetórias de luta dos movimentos sociais em Curitibanos/SC, evidencia-se a complexidade das articulações entre estratégias, táticas e práticas de resistência, que se inscrevem na busca pela reforma agrária. A partir do diálogo com Certeau (2014) e Heller (1970), a análise situou o cotidiano como espaço privilegiado de produção de sentidos e ações, no qual práticas aparentemente ordinárias assumem centralidade na constituição de processos mais amplos de luta por direitos e reconhecimento.

Com base nos achados da pesquisa, as trajetórias dos membros do Assentamento Índio Galdino articulam dinâmicas de poder, resistência e produção da vida, revelando a complexidade das relações que atravessam o cotidiano. As experiências individuais, quando relacionadas aos processos históricos e às estruturas sociais, permitem situar a construção de significados como parte constitutiva das formas de enfrentamento e permanência no território.

As tensões internas observadas, especialmente aquelas relacionadas à prevalência de práticas individualizadas em determinados momentos, inscrevem-se nas contradições próprias da vida cotidiana, na qual diferentes racionalidades coexistem e se tensionam. Em diálogo com Certeau (2014), tais práticas remetem a formas de ação orientadas por necessidades imediatas, evidenciando que a constituição do coletivo não se dá de maneira homogênea, mas atravessada por disputas, limites e reconfigurações contínuas.

A análise das práticas cotidianas dos assentados permite compreender o assentamento como um espaço de produção social, no qual o manejo dos recursos, as relações de cooperação e as estratégias de permanência se articulam à construção de modos de vida. Nesse sentido, o cotidiano não se reduz a um plano secundário da análise, mas se afirma como dimensão central para a compreensão das dinâmicas sociais e territoriais.

As experiências analisadas evidenciam as tensões entre as condições institucionais e as demandas concretas dos assentados, especialmente no que diz respeito ao acesso a recursos, educação e comercialização da produção. Essas tensões inscrevem-se em um cenário mais amplo de desigualdades estruturais, no qual os assentados constroem alternativas por meio de práticas situadas, muitas vezes à margem das estruturas formais.

A trajetória de Curitibanos/SC, embora situada em um contexto específico, articula-se a processos mais amplos que caracterizam a luta pela terra no Brasil, evidenciando continuidades históricas, disputas territoriais e formas de resistência que se atualizam no tempo. Nesse sentido, o assentamento não se configura como ponto final, mas como etapa de um processo contínuo de construção social e política.

Como limitação, este estudo concentrou-se em um único assentamento, o que delimita o alcance empírico das análises, embora permita aprofundamento qualitativo das experiências investigadas. Curitibanos abriga outros assentamentos cujas trajetórias podem ampliar e tensionar as interpretações aqui apresentadas, constituindo possibilidades para pesquisas futuras.

A investigação das histórias e práticas cotidianas dos assentados permite compreender a terra não apenas como recurso material, mas como elemento estruturante de vínculos sociais, identidades e formas de pertencimento. Ao mesmo tempo, os achados contribuem para o debate sobre justiça social e direitos agrários, ao evidenciar as condições concretas nas quais se desenvolvem as lutas pela terra.

Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de reconhecer as especificidades das comunidades assentadas, suas formas de organização, produção e resistência, como dimensões indissociáveis de qualquer projeto orientado à superação das desigualdades históricas que atravessam o campo brasileiro.

Assim, mais do que encerrar uma análise, este estudo inscreve-se como parte de um campo em permanente construção, no qual as trajetórias de luta, as práticas cotidianas e as disputas por reconhecimento seguem produzindo novos sentidos e possibilidades de existência.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na Primeira República**: a guerra do contestado. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005. p. 173–230.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, v. 2, n. 2, p. 115–147, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

LABOV, William. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (Ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LEMOS, Silse Teixeira de Freitas. **A face oculta do caboclo de Curitibanos, Santa Catarina**: perdas e rupturas em sua peregrinação da economia de subsistência para o trabalho precarizado. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. Guerra do Contestado. In: **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]**. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 79-83

RADIN, José Carlos; SILVA, Claiton Marcio da. "Um vasto celeiro": representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916–1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 681–697, 2018.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TECCHIO, Andréia. Vida e luta das famílias caboclas hoje. In: RODRIGUES, R. R. et al. (Org.). A guerra santa do Contestado tintim por tintim. Chapecó: Letra e Voz, 2023. p. 373–380.

WITTE, Gerson. A tecnologia sustentável das construções caboclas. In: RODRIGUES, Rogério et al. (Org.). **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. Chapecó: Letra e Voz, 2023.

Vitor Carvalho Gomes
Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD). Mestre em Sustentabilidade pelo IFPR Instituto Federal do Paraná. Graduado em Administração pela FERLAGOS (Faculdade da Região dos Lagos).

E-mail: adm.vitorcg@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2171763302024624
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-4080-8473

Rocío del Pilar López Cabana
Doutora em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Curso de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS - Câmpus de Chapadão do Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil.

E-mail: rocio.lopez@ufms.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6561005662507063
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1082-9982

Josiane Barbosa Gouvêa
Doutora em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Instituto Federal do Paraná - Campus Umuarama e do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e Universidade Estadual de Maringá (UEM), Umuarama, Paraná, Brasil.

E-mail: josiane.gouvea@ifpr.edu.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4049498258802243
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4305-9104